



OS PARADIGMAS DO CONHECIMENTO E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Emersom Ciocheta Roballo¹-IFF

Luiz Carlos de Santis Alves²-IFF

Denis da Silva Garcia³-IFF

GE: Pesquisa e Educação Básica.

Resumo

A busca pela verdade e autoafirmação humana delinea paradigmas que definem as percepções geográficas do mundo. Desde os gregos, passando pelos medievos e modernos, o pensamento em torno da concepção de compreensão do mundo sofre modificações no tocante as suas sistematizações, orientadas aos paradigmas vigentes. Estes, definidos em estudos históricos, moldam geografias sob prismas ontológicos (metafísicos), modernos e neomodernos,

¹ Professor do Instituto Federal Farroupilha-Campus São Borja. Graduado em Geografia, Especialista em Metodologia do Ensino em Geografia e Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ); email: emersom.roballo@iffarroupilha.edu.br.

² Professor da Rede Pública Estadual. Licenciado em Geografia, Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ); email: profsantis@yahoo.com.br.

³ Professor do Instituto Federal Farroupilha, Graduado em Química, Especialista em Educação Ambiental; Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ); email: denis.garcia@iffarroupilha.edu.br.

respectivamente. Como se dá a teorização destas geografias? O que delimita e legitima tais paradigmas? Em uma abordagem histórica, filosófica e geográfica, busca-se refletir quanto às suas configurações enquanto ciência, enquanto método de afirmação da verdade. O objetivo deste exercício reflexivo foi o de estabelecer as relações existentes entre as rupturas paradigmáticas históricas e a evolução da ciência geográfica. Entendemos que existe necessidade de um aprofundamento teórico que qualifique a fundamentação em vários pontos do texto, o que pretendemos realizar após a ampliação de leituras e análises. Entretanto, os grandes paradigmas só são “quebrados” através do rompimento de nossos micro-paradigmas que correm em função do constante exercício hermenêutico.

Palavras-chave: Pensamento, Paradigma, Modernidade, Pós modernidade.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, a humanidade têm se apoiado em paradigmas na tentativa de compreender a existência, o ser humano e sua frágil condição no mundo. Pode-se dizer que paradigmas são uma construção histórica, resultado da teorização humana na busca da verdade. Neste sentido, entender o seu lugar no mundo, sua identidade, seus valores, suas potencialidades e dar significado a estas e outras variáveis se constitui em um desafio permanente para a humanidade (MORIN, 2000).

O filósofo Marques (1994), apresenta três grandes paradigmas adotados pela humanidade ao longo da história. O paradigma ontológico ou metafísico, fundado na antiguidade, o paradigma moderno iniciado com o colapso do feudalismo e o surgimento de ideais iluministas e o recente paradigma neomoderno, onde a racionalidade perde espaço para a intersubjetividade.

PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A geografia enquanto campo do conhecimento origina-se na antiguidade clássica, mais precisamente com os gregos. Tales de Mileto e Anaximandro lançaram as bases da Geodésia; Heródoto preocupava-se com a descrição dos lugares em uma perspectiva regionalizada; Hipócrates discute a relação entre o homem e o meio em sua obra impregnada de geografia: *Dos ares, dos mares e dos lugares*; Aristóteles inicia uma discussão acerca dos conceitos de lugar e

clima. Estes são apenas alguns exemplos de como as bases do conhecimento geográfico estavam presentes no pensamento grego. Estes conhecimentos, entretanto, encontravam-se de forma dispersa, sem unidade, vinculados a outras áreas como a física, a matemática, a política, a filosofia, a literatura, entre outras.

Durante o período Medieval o pensamento geográfico continua tal qual ocorria na antiguidade: difuso e fragmentado, o que não indica a ausência de avanços. Nesta época, por exemplo, Claudio Ptolomeu, resgatando o pensamento grego, escreve a obra *Síntese Geográfica*, em uma tentativa de sistematizar o que mais tarde se constituiria em uma disciplina. Outro exemplo de tentativa de organizar o pensamento geográfico na Idade Média está na obra *Geografia Generalis*, de Bernardo Varenius. A obra de Varenius constituiu um importante tratado que serviria de apoio para as teorias de Newton.

Embora dispersas e imprecisas, as teorizações acerca de temas geográficos durante a antiguidade e o período medieval foram de extrema importância para a sistematização desta ciência, que viria ocorrer somente no início do século XIX. Pode-se dizer que foram estes estudos que possibilitaram esta sistematização. Alguns autores, como Sodré (1992), costumam denominar este período como “a pré-história da geografia”.

Coube aos estudiosos Humboldt e Ritter, que viveram durante a Revolução Francesa, naquela região, sistematizar a geografia como campo específico do conhecimento. Para Humboldt, a geografia seria uma ciência síntese de todos os conhecimentos terrestres. Como método de estudo propõe o “empirismo raciocinado”, ou seja, a intuição a partir da observação. Ritter, essencialmente religioso, afirma que a geografia deveria estudar os arranjos individuais e compará-los. Considera a ciência como meio para alcançar o divino.

Ao final do século XIX o alemão Ratzel apresenta a sua contribuição para a ciência geográfica. Em sua obra *Antropogeografia*, o estudioso lança as bases do que hoje conhecemos por Geografia Humana. Nela, Ratzel discorre sobre a influência do meio sobre o homem, as relações entre Estado e espaço e a importância do território criando o conceito de “espaço vital”. Quanto ao método, Ratzel continua com o característico empirismo, predominante até agora nos temas geográficos já que os procedimentos de análise eram embasados na observação e descrição. Ratzel fez “escola” e seus seguidores tanto radicalizaram como deformaram suas teorias, criando o que hoje conhecemos como *determinismo geográfico*, corrente do pensamento geográfico que prega que as condições do meio comandam os destinos da sociedade.

Posteriormente, opondo-se as teorias ratzelianas ou deterministas, surge a *Escola Francesa de Geografia*, fundada pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache. Esta corrente critica a politização e a socialização da geografia de Ratzel. La Blache apregoava ser a geografia a ciência dos lugares e não dos homens. Na proposta lablachiana não ocorre a negação da influência do meio sobre o homem, porém, pressupõe que a influência ocorre mutuamente na relação homem-meio e ambos são modificados, podendo o homem também transformar o meio a seu favor. Os princípios de La Blache originaram a corrente da geografia chamada *possibilismo geográfico*, quer dizer, o espaço natural encontra-se impregnado de possibilidades a mercê da atividade humana.

O movimento intelectual iluminista no século XVIII questiona os métodos e ações tanto da Igreja como do Estado, instituições estas basilares da ordem social vigente. Em síntese, os iluministas buscavam as explicações para os dilemas mundanos no próprio homem, na sua capacidade intelectual, ou seja, na racionalidade. Rompe-se com os dogmatismos e superstições e a ciência é colocada como aspecto primordial para o conhecimento.

O paradigma moderno coloca o homem no centro das questões que permeiam a vida. Neste sentido, além da racionalidade, valores como o humanismo e a autonomia incorporam-se às necessidades humanas para a busca do “bem viver” no mundo. O homem adquire maior protagonismo e responsabilidade na condução deste mundo. O ordenamento do mundo ocorrerá em função da razão, ou seja, determinado pelo humano, pois “a razão é conquista intrinsecamente individual. Para o homem esclarecido, nada poderá estar fora ou acima da razão dele” (Marques, 1993, p. 46).

No âmbito da ciência geográfica, ainda na primeira metade do século passado, o geógrafo norte-americano Hartshorn desenvolve uma nova proposta para os estudos geográficos.

Conforme Hartshorn, na perspectiva geográfica, os fenômenos variam de um lugar para o outro e, conseqüentemente, suas interrelações.

Alguns autores denominam esta corrente do pensamento geográfico de *geografia racionalista*, entretanto, apesar de priorizar o raciocínio dedutivo, o empirismo não é abandonado, apenas reduzido. Hartshorn se apoiou nos estudos do geógrafo alemão Hettner, em uma perspectiva do neocriticismo. Para ele, o espaço seria um conceito abstrato que não deriva da experiência; porém é utilizado na experiência. A geografia racionalista completa um ciclo, junto a todas as correntes anteriores, do que classificamos como *geografia tradicional*.

A partir da segunda metade do século passado, a geografia tradicional passa a ser duramente criticada. Geógrafos como o francês Philipponneau desenvolvem um novo enfoque para a ciência. Trata-se do que se convencionou chamar de geografia pragmática e compreende a primeira fase do chamado movimento de renovação da geografia. Segundo a geografia pragmática, a geografia tradicional possuía uma visão presa ao passado, por isso superada e de pouca utilidade prática. Neste novo olhar, a geografia deveria ter uma aplicação prática no cotidiano da sociedade.

Com relação ao método, a geografia pragmática passa a empregar um empirismo mais abstrato, trocando a observação direta pela análise de dados, a indução pela dedução, o positivismo pelo neopositivismo. A estatística com seus dados numéricos passam a ser uma exigência na análise do espaço. Seria necessária a quantificação de elementos para o esclarecimento dos fenômenos geográficos.

Podemos inferir que, tanto a geografia racionalista, enquadrada nas tendências da geografia tradicional, como a geografia pragmática, esta já pertencente ao movimento de renovação da geografia, possuem alguns traços em comum que levam a inserção no paradigma moderno. A fragmentação ocasionada na quantificação, a fundamentação racional, o cartesianismo positivista, a padronização e a valorização da lógica constituem características que amparam este entendimento (MORAES, 1995).

A partir dos anos 70 do século passado, surge na França, com o geógrafo Lacoste, a *geografia crítica* ou *geocrítica*. Esta corrente da geografia rompe com o quantitativismo, a neutralidade e harmonia da geografia pragmática. Para os seguidores da geografia crítica, estes aspectos da geografia pragmática acabariam por esconder as contradições sociais. Passa então a pregar uma ciência militante e próxima aos movimentos sociais. Para a geografia crítica a ação política e os compromissos sociais são essenciais no entendimento e organização do espaço. No Brasil, o geógrafo Santos (2008) vem ser o principal expoente desta teoria.

No aspecto metodológico, o geógrafo francês George apresenta significativa contribuição para a geografia crítica. George passa a relacionar e discutir conceitos do marxismo na análise espacial. Entretanto, apesar da oposição tanto a geografia tradicional como a pragmática, no aspecto prático, a geografia crítica não consegue romper com o empirismo metodológico presente historicamente desde a sistematização desta ciência.

A crise da razão, germinada ainda na primeira metade do século XX, fragiliza o paradigma da modernidade. Nesta nova proposição que se delinea, a “verdade” pode ser encontrada em uma multiplicidade de concepções. A ciência já não reina absoluta na explicação dos fenômenos, abre-se espaço, também, para a intersubjetividade. A sociedade necessita de um sistema de aprendizagem dinâmico, constante e colaborativo, para dar conta das várias interpretações e relações que o mundo apresenta em tempos e espaços reduzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que o paradigma neomoderno não apresenta, ainda na atualidade, uma consistência sólida. A atual sociedade se ampara em muitos pilares do paradigma moderno. Entretanto, cabe lembrar que os paradigmas não apresentam fronteiras nem homogeneidade. A humanidade segue o seu percurso (SANTOS, 2000).

Estabelecendo relações entre o paradigma neomoderno e as correntes do pensamento geográfico, podemos inferir que a geografia crítica, tendência classificada mais recentemente, é a que mais se aproxima dos parâmetros neomodernos. Esta aproximação é justificada em função de características como a própria criticidade e o desenvolvimento cognitivo amplo e diversificado que leve a reflexão e busca da cidadania através do engajamento social. Isto posto, percebe-se a maior flexibilidade para o contraditório, abertura para novas percepções e a valorização do conhecimento dinâmico, traços observados na proposta neomoderna.

O objetivo deste exercício reflexivo foi o de estabelecer as relações existentes entre as rupturas paradigmáticas históricas e a evolução da ciência geográfica. Entendemos que existe necessidade de um aprofundamento teórico que qualifique a fundamentação em vários pontos do texto, o que pretendemos realizar após a ampliação de leituras e análises. Entretanto, os grandes paradigmas só são “quebrados” através do rompimento de nossos microparadigmas que correm em função do constante exercício hermenêutico.

REFERÊNCIAS

- MARQUES, M. O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 1994.
- MORAES, A. C. R. **Geografia – pequena história crítica**. 14^a ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2^a ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SODRÉ, N. W. **Introdução a geografia**: geografia e ideologia. 8ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.